SESSÃO LIVRE:

PRODUÇÃO COMUNITÁRIA DE DADOS EM CONTEXTOS DE CONFLITO: VIOLÊNCIA, EXTRATIVISMOS E NOVAS DINÂMICAS IMOBILIÁRIAS NO RIO DE JANEIRO E SÃO PAULO

Aluízio Marino
Infocitizen - University of Antwerpen | aluizio.marino@uantwerpen.be
Carolina Grillo
GENI - Universidade Federal Fluminense | carolinagrillo@id.uff.br

Resumo geral:

As dinâmicas de produção territorial no Brasil são atravessadas por múltiplas formas de violência: armada, institucional/estatal, financeira, imobiliária, racial, de gênero e interseccional. A articulação dessas formas de violência é, hoje, um instrumento de exercício de poder, nas disputas em torno da produção e gestão territorial, contribuindo para a configuração de regimes de governo de populações e mercados, em permanente articulação com a política institucional e o aparato estatal.

Esses regimes de controle territorial, muitas vezes armados, não podem ser entendidos como uma espécie de poder paralelo, uma vez que mantêm relação direta com órgãos de Estado e o sistema de representação política. Esse modelo tem uma longa história, mas se aprofundou e se profissionalizou nas últimas duas décadas. Embora essa situação não se limite ao Rio de Janeiro, é lá que assume uma configuração emblemática, identificada como "urbanismo miliciano" (Benmergui & Gonçalves, 2019), quando grupos criminais armados, associados a representantes eleitos, profissionais da segurança pública e funcionários da administração pública, se envolvem na grilagem de terras e controlam a gestão dos territórios urbanos.

Essa sessão livre visa compreender como esses regimes se configuram em São Paulo e o Rio de Janeiro e como alteraram as dinâmicas territoriais, imobiliárias e a luta por direitos nos últimos anos. Para tanto, **foi construída em colaboração com grupos de pesquisa**

comunitária que adotam estratégias de geração de dados, especificamente duas organizações: a Redes da Maré no Rio de Janeiro e a UNAS Heliópolis em São Paulo.

É crucial entender que essa gramática de violência em expansão encontra-se articulada ao surgimento e crescimento de processos extrativos de produção e gestão territorial. Negócios imobiliários, grilagem de terras, loteamentos irregulares e a prestação de serviços urbanos têm sido mobilizados cada vez mais como formas de extração de renda e investimento do capital excedente local, seja de mercados ilegais ou da prosperidade dos mercados locais. O fenômeno identificado no Rio de Janeiro como "urbanismo miliciano" é a forma mais explícita dessa conexão, mas não se limita ao território fluminense. Em São Paulo – bem como em outras capitais – esse processo também ocorre, desafiando a compreensão comum de "poder paralelo", com a aquiescência e o envolvimento direto de agentes públicos, incluindo vereadores, gestores municipais e estaduais, policiais, fiscais, entre outros.

Os negócios envolvendo a produção da cidade — especialmente a captura de terras, mercados imobiliários, regularização fundiária e a prestação de serviços urbanos — são estratégicos para a expansão e manutenção desse perverso sistema político. Muitos vereadores têm relações com esse mercado, participando como empreendedores. Em última análise, legislando para a expansão e apoio a práticas criminosas, conferindo uma aparência legal aos processos de apropriação de terras públicas e degradação ambiental, além de mediar processos de consolidação urbana, regularização e investimentos em infraestrutura (Hirata et al., 2022).

Isso vai além de uma mera fonte de extração de renda; **trata-se de uma mercadoria política** (Misse, 2010) por meio da qual melhorias no território — regularização fundiária, obras de infraestrutura, empreendimentos habitacionais — expandem o controle político-eleitoral e o controle territorial e populacional, na maioria das vezes, em parceria com grupos armados.

São inúmeros os desafios e riscos associados a pesquisas sobre esse tema, cuja compreensão só é possível a partir da articulação da universidade com atores locais que, em oposição às lógicas neoliberais e extrativas, estão diretamente ativos na disputa por alternativas de governo territorial e no enfrentamento da violência estatal.

PRODUÇÃO COMUNITÁRIA DE DADOS EM CONTEXTO DE CONFLITO

Aluízio Marino
LabCidade FAU-USP e Infocitizen - University of Antwerpen | aluizio.marino@usp.br; aluizio.marino@uantwerpen.be

As organizações populares e as formas de mobilização que marcaram a experiência política dos territórios urbanos populares desde a década de 1970 vêm perdendo espaço progressivamente, sendo substituídas por outros atores e repertórios. As periferias não são mais as mesmas de quando as Comunidades Eclesiais de Base (CEBs), associações de bairro e sindicatos eram os principais lócus de organização para lutas em torno de habitação, infraestrutura e serviços urbanos básicos. Nesse cenário, observamos, de fato, uma crise dos espaços institucionais de participação e das lógicas tradicionais de organização popular.

A ascensão e fortalecimento de grupos armados, particularmente desde os anos 1990, alteraram significativamente a vida cotidiana e a gramática dos espaços de mediação de conflitos. As disputas territoriais entre facções e os conflitos com forças policiais estatais e/ou grupos de milícias (especificamente no Rio de Janeiro) transformaram partes de territórios populares em zonas de guerra, onde a população é mantida refém e frequentemente deslocada à força por esses grupos (Hirata et al., 2022). Em áreas sem disputas territoriais entre grupos armados, como São Paulo, a gramática criminosa opera de maneira encoberta como uma instância de mediação e arbitragem, com conflitos sendo resolvidos atualmente em arenas extralegais conhecidas como "debates" ou "tribunais do crime" (Beraldo et al., 2022). Esse método de resolução de problemas, por meio da imposição da violência, impacta diretamente as atividades dos movimentos populares, que muitas vezes são restringidos ou até ameaçados por esses grupos armados.

No entanto, apesar dos enormes desafios, é importante reconhecer o trabalho de outros atores que, ao contrário das lógicas neoliberais e extrativas, estão diretamente ativos em territórios periféricos. Destacamos nessa mesa a importância de coletivos e grupos que trabalham com a produção comunitária de dados para garantir direitos, muitas vezes apoiados estrategicamente por grupos externos (universidades, assessores técnicos, organizações da sociedade civil) e articulando-se com espaços e agentes públicos locais, como professores de escolas públicas e trabalhadores de saúde comunitária. Reconhecer

esses agentes e suas articulações é fundamental para a constituição de políticas públicas que fortaleçam redes de ação e organização social e comunitária.

Essas questões emergiram recentemente com força em territórios populares, impulsionadas pelo surgimento de novos "sujeitos periféricos" (D'Andrea, 2022) organizados em coletivos culturais, feministas e antirracistas que não apenas introduzem dimensões estruturais da desigualdade além da renda, mas também reposicionam a periferia como um lugar de potencial para afirmar singularidades culturais e políticas — e não apenas como uma ausência de equipamentos e urbanidade. Esses mesmos temas também estão presentes nas lutas contra projetos urbanos e processos de remoção que aumentam as vulnerabilidades, bem como no enorme esforço histórico — individual, comunitário e coletivo — de consolidação "negociada" do habitat popular.

RJ EM DISPUTA: ESTATÉGIAS COLABORATIVAS PARA MAPEAR O AVANÇO DOS GRUPOS ARMADOS

Carolina Grillo
GENI - Universidade Federal Fluminense | carolinagrillo@id.uff.br

O Mapa Histórico dos Grupos Armados no Rio de Janeiro é fruto de uma iniciativa do Grupo de Estudos dos Novos Ilegalismos (GENI/UFF) e do Instituto Fogo Cruzado, com base e dados do Disque Denúncia, que contou também com a colaboração do Núcleo de Estudos da Violência da USP e da plataforma digital Pista News. O projeto conta com uma equipe multidisciplinar que inclui sociólogos, jornalistas, geógrafos, cientistas de dados, dentre outras especialidades.

O resultado é uma ferramenta que possibilita visualizar, no tempo e no espaço, as dinâmicas de controle territorial de cada uma das principais organizações criminosas presentes na Região Metropolitana do Rio de Janeiro. Para tanto os pesquisadores construíram uma base cartográfica do Grande Rio que distinguiu mais de 11.000 polígonos de favelas e sub-bairros, sobre a qual foram inseridas as informações sobre o controle territorial exercido pelos principais grupos armados do Rio de Janeiro: Comando Vermelho, Terceiro Comando, Amigos dos Amigos e Milícias. Essas informações foram produzidas a partir da triagem e análise de mais de 740.000 denúncias (que mencionam milícias ou tráfico de drogas) recebidas de cidadãos comuns pelo Disque Denúncia. O processamento do vasto material contido nos

detalhados campos descritivos das denúncias envolveu a produção de algoritmos em constante aprimoramento por meio de *machine learning*.

O mapa chama a atenção para a mudança no cenário do crime no estado. Se antes a questão estava centrada nas disputas territoriais entre facções do tráfico de drogas e os tiroteios entre esses grupos e a polícia, hoje o cenário é bem diferente. Os dados coletados mostram milícias também entram em disputas territoriais violentas e atuam em territórios cada vez mais extensos, onde atuam cobrando taxas extorsivas sobre as mais variadas atividades econômicas locais, os mercados de serviços essenciais como água, luz, gás, TV a cabo, transporte e segurança, além mercado imobiliário. Tais controles são exercidos de maneira arbitrária, através da coerção pelo uso da força bruta.

PRODUÇÃO HABITACIONAL INTENSIVA DE EMPREENDIMENTOS VERTICAIS EM HELIÓPOLIS, SÃO PAULO

Moroni Henrique De Holanda Felippe
Universidade Federal do ABC e Observatório de Olho na Quebrada | E-mail
Sabrina Oliveira Santos
Universidade Federal do ABC e Observatório de Olho na Quebrada | sabrina.oliveira@aluno.ufabc.edu.br

Heliópolis, uma das maiores favelas da cidade de São Paulo, foi majoritariamente autoconstruída (Maricato, 1982) por seus moradores, homens e mulheres que a partir da década de 1970 ergueram suas casas e se organizaram por melhorias concretas em seu território, em movimentos populares de luta por moradia e serviços urbanos alçaram o que podemos identificar como uma "cidadania insurgente" (Holston, 2013). Embora essa dinâmica ainda persista nesse território, reconhecemos aqui outras lógicas que vêm ganhando força nos últimos 10 anos. Com destaque ao processo como uma produção imobiliária intensiva e voltada para o mercado, visível principalmente na multiplicação de empreendimentos verticais, aqui identificados como "predinhos".

Embora os mercados de moradia informais e ilegais sempre existiram nesse território, inicialmente pela figura dos grileiros e mais recentemente com as imobiliárias e grandes proprietários locais. Consideramos os predinhos algo diferente do que observamos até aqui, pois falamos de uma produção imobiliária intensiva, sem precedentes, com a multiplicação de empreendimentos em série. Além disso, os predinhos se diferenciam por sua morfologia, eles possuem uma padronização estética, com formatos e cores similares, a fachada é composta por janelas ou por varandas de vidro. Nossas pesquisas de campo identificaram

empreendimentos menores, com 4 andares e alguns maiores, construídos mais recentemente, que chegam até oito andares. O uso é misto, no térreo há espaço para comércios e serviços e os demais pavimentos são divididos em pequenas unidades habitacionais, apartamentos que variam de 30 a 45m², cujo acesso é feito a partir de um portão lateral e por uma escada.

Essa produção intensiva só se tornou possível pois, em primeiro lugar, existe uma maior riqueza circulando nos territórios periféricos, esses recursos que têm origem legal e ilegal financiam a compra das casas, sua demolição e a construção dos novos empreendimentos. Ao mesmo tempo, também está diretamente relacionada ao processo de pacificação imposto pela disciplina do "comando", que garante um ambiente seguro para a construção dos predinhos e para a posterior comercialização das unidades.

Entretanto, essa dinâmica não pode ser reduzida ao PCC, como se fosse um monopólio dos agentes do crime. Trata-se de algo mais complexo, e o PCC é apenas um dos atores envolvidos. Seu papel, todavia, é fundamental, pois essa tendência à forma de produção mercantil de espaços é atravessada pelo domínio no governo do ambiente de negócios populares, bem como pela capacidade de mobilização de recursos financeiros e políticos, sempre em articulação direta (não paralelamente) com a lei e com a institucionalidade.

O PROJETO DE OLHO NA MARÉ: A PRODUÇÃO DE CONHECIMENTO NA LUTA PELO DIREITO À SEGURANÇA PÚBLICA NO CONJUNTO DE 15 FAVELAS DA MARÉ.

Aristênio Gomes
Redes da Maré | aristenio@redesdamare.org.br
Luiz Carlos Júnior
Redes da Maré | luizcarlos@redesdamare.org.br
Lucilda Cavalcante
Redes da Maré | lucilda@redesdamare.org.br
Maykon da Silva
Redes da Maré | maykon.sardinha@redesdamare.org.br

Os Dados são fundamentais para basear a elaboração de políticas públicas e leis. Por esta razão, as organizações da sociedade civil têm se mobilizado para produzir seus dados, na busca por preencher as lacunas deixadas pelas instituições estatais e contrapor as narrativas hegemônicas, e, com isso, incidir politicamente nos espaços de poder.

Desde 2016, o projeto *De Olho na Maré (DOM)*, um dos projetos do Eixo Direito à Segurança Pública e Acesso à Justiça da Redes da Maré, localizada no Rio de Janeiro,

tem se dedicado a monitorar e documentar os impactos da violência armada no Conjunto de 15 Favelas da Maré, com o intuito de gerar dados que possam subsidiar ações de *advocacy* e políticas públicas mais inclusivas e sensíveis às necessidades locais.

Através da atuação no campo e da produção de conhecimento que gerou as publicações do Boletim Direito à Segurança Pública e Acesso à Justiça, que em 2025 chega em sua 9º edição, foi possível incidir no Poder Judiciário estadual e federal. Em 2017, com a Ação Civil Pública (ACP) da Maré, que estabeleceu parâmetros para as operações policiais, com objetivo de reduzir a letalidade. E em 2020, como *amicus curiae* da Ação de Descumprimento de Preceito Fundamental 635 (ADPF 635), que reforçou os parâmetros normativos da ACP e os ampliou, trazendo mais medidas, visando a garantia dos direitos fundamentais previstos na Constituição de 1988. Os dados coletados pelo Projeto, a partir de uma metodologia de trabalho que envolve equipes multidisciplinares, em dias de Operações Policiais, foi possível subsidiar de forma quantitativa e qualitativa os relatórios das duas ações.

Trata-se de um projeto voltado para a produção de conhecimento que alia os saberes do território, com a experiência da pesquisa de campo, com a mobilização comunitária e a participação dos moradores no processo de produção dos dados.

DADOS, AFETO E PERTENCIMENTO: REPENSANDO A CARTOGRAFIA NO CONTEXTO DA MARÉ

Alina Kiel
Infocitizen – University of Antwerp | alina.kiel@uantwerpen.be
Vanessa Lima
Redes da Maré | vanessa@redesdamare.org.br

As cartografias, assim como os dados numéricos, refletem as perspectivas e decisões de seus criadores. No entanto, por trás de sua produção, existe uma questão crucial sobre a agência e o pertencimento daqueles cujos conhecimentos e experiências constituem a base dessas representações. Os processos de mapeamento e dataficação frequentemente envolvem a tradução de realidades vividas, memórias e narrativas em símbolos abstratos, códigos visuais e formas numéricas. Esse processo de tradução levanta questionamentos sobre se os indivíduos que contribuem com seu conhecimento mantêm o controle sobre seu uso ou se se veem distantes do produto final.

Este artigo examina a criação de uma contra-cartografia desenvolvida de forma colaborativa pelos autores com moradores das 15 favelas da Maré durante a Feira de Direitos Humanos

da Maré de 2024, no Rio de Janeiro. Realizada em um workshop, essa cartografia participativa tem como base os dados numéricos produzidos pela ONG Redes da Maré, que documentam o impacto do conflito armado no território. Em vez de apresentar os dados de forma puramente numérica, o workshop buscou explorar as dimensões afetivas dos dados, utilizando a teoria do afeto para revelar como esses números ressoam nas experiências cotidianas da comunidade e em sua compreensão do território. Os participantes se engajaram com uma cartografia do território e dos dados sobre o impacto do conflito armado sob a ótica de suas realidades vividas, articulando emoções, sensações e respostas psicológicas e filosóficas evocadas.

A contra-cartografia tece narrativas de perda, resiliência, pertencimento e esperança, destacando como a violência armada do estado e a fragmentação territorial por três grupos armados moldam a vida cotidiana. Essa abordagem redefine as representações tradicionais dos dados ao inseri-los dentro de uma estrutura narrativa que enfatiza as preocupações, os imaginários e as complexidades das realidades espaciais e sociais da Maré. A contra-cartografia evidencia o potencial transformador do mapeamento participativo para resgatar a agência, entrelaçando experiências vividas com dados, desafiando as narrativas dominantes e defendendo representações espaciais inclusivas.